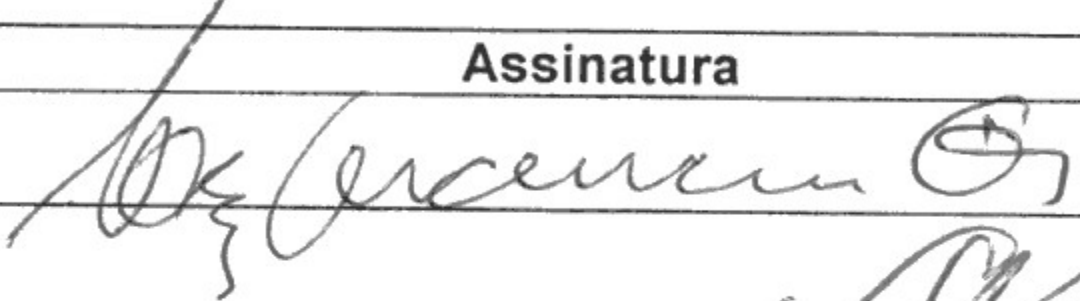


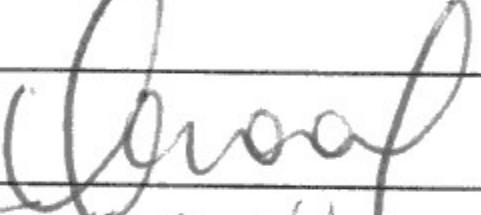
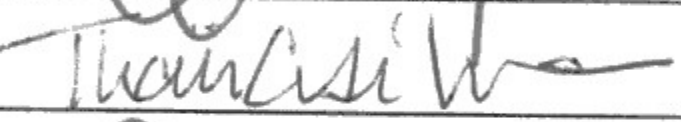

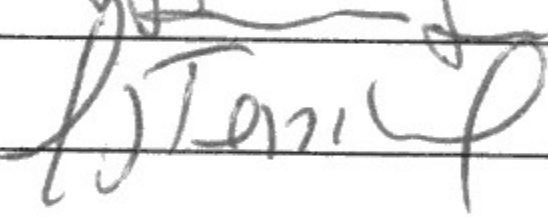
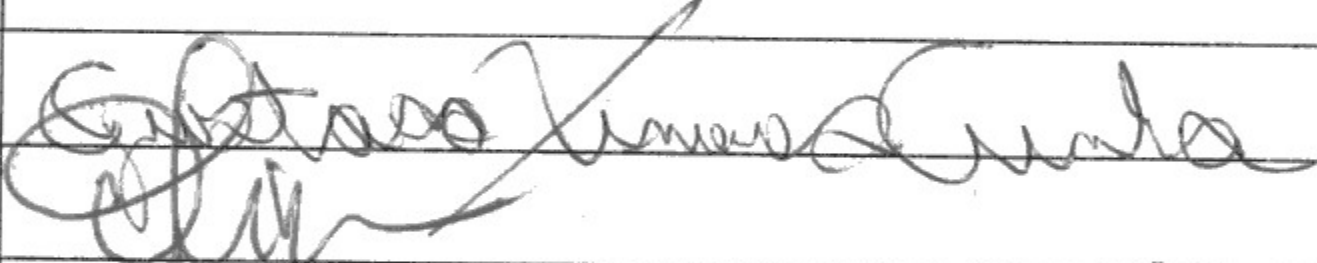

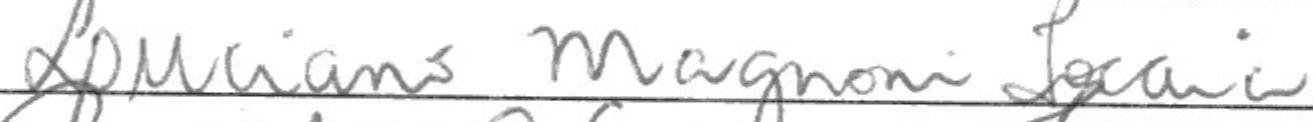
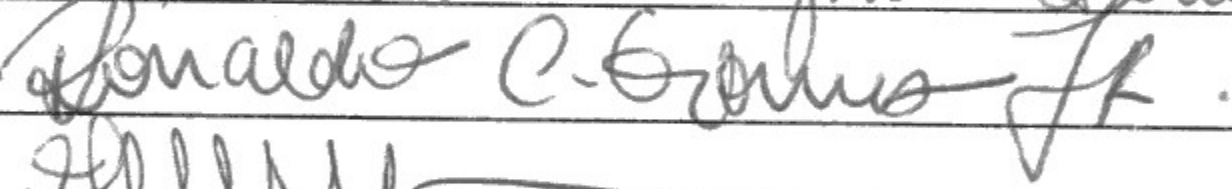
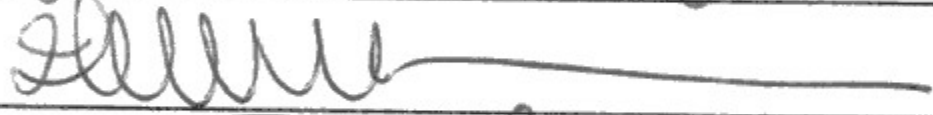
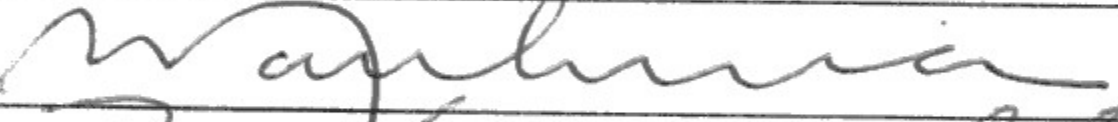
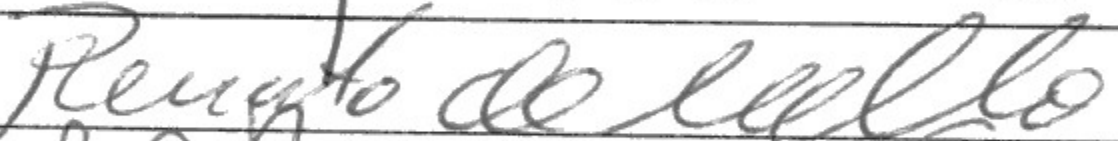
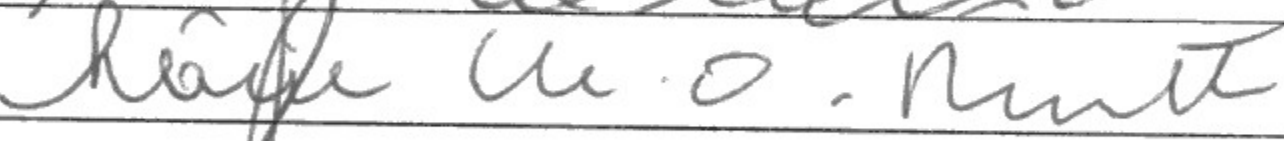
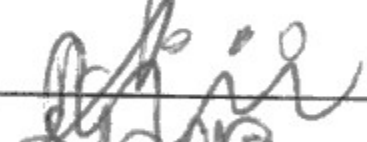
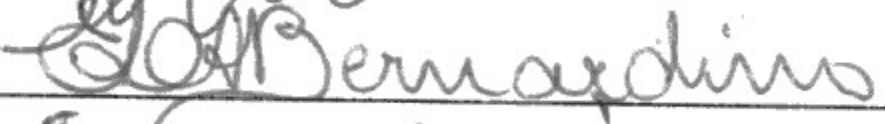
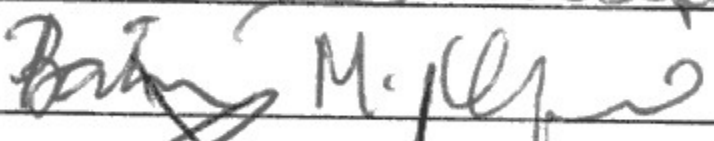
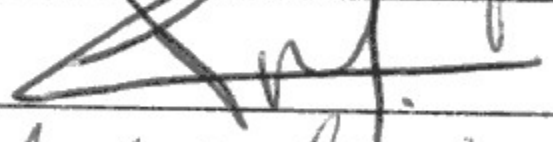
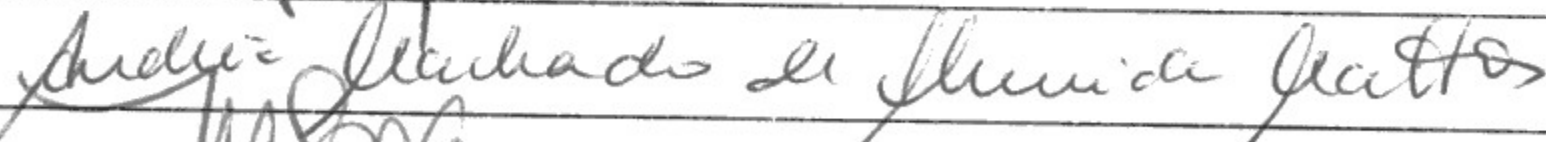
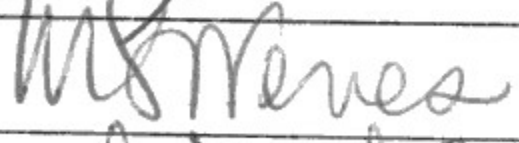
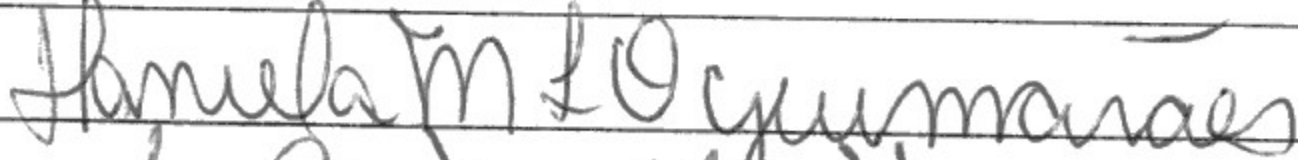
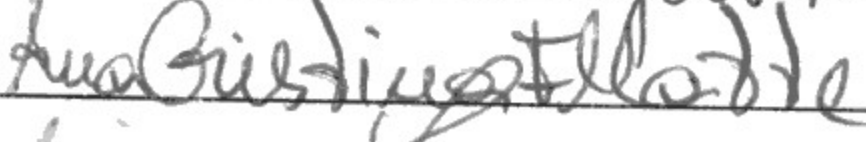
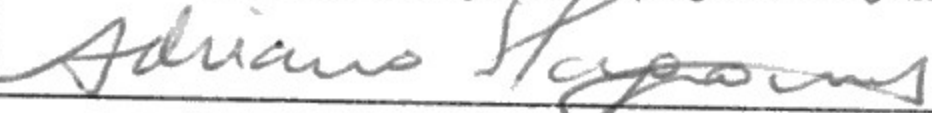


DECLARAÇÃO

Em atendimento à Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (art. 18, art.19, art.20 e art.21), os docentes abaixo relacionados declaram que não se encontram em situação de impedimento ou suspeição para participarem da banca examinadora do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Mestrado/ Doutorado) para ingresso no 1º semestre/2019.

Nome do Docente	Assinatura
Luiz Francisco Dias	
Alexia Teles Duchowny	
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra	
Eduardo Tadeu Roque Amaral	
Thaís Cristófaró Alves da Silva	
Fábio Bonfim Duarte	
Lorenzo Teixeira Vitral	
Gustavo Ximenes Cunha	
Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira	
Luciano Magnoni Tocaia	
Ronaldo Corrêa Gomes Junior	
Helcira Maria Rodrigues de Lima	
Wander Emediato de Souza	
Renato de Mello	
Sônia Maria de Oliveira Pimenta	
Valdeni da Silva Reis	
Elidea Lúcia Almeida Bernardino	
Bárbara Malveira Orfanó	
Christian Jean-Marie Regis Degache	
Andréa Machado de Almeida Mattos	
Maralice de Souza Neves	
Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães	
Ana Cristina Fricke Matte	
Adriana Silvina Pagano	

Célia Maria Magalhães	<i>Magalhães</i>
Heliana Ribeiro de Mello	<i>Mello</i>

Belo Horizonte, setembro de 2018.

Legislação citada na Declaração

I - Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

.....

CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.